



ReGeCom

Rede para Gestão Comunitária de Recursos Naturais

Estratégia da ReGeCom 2024-2028



Estratégia 2024-2028

Conteúdo

Carta do Director Executivo	4
Sobre Moçambique	6
A história da ReGeCom	8
ReGeCom - Uma solução colectiva	12
As nossas instituições membro	14
Principais realizações	18
O contexto do nosso trabalho	20
O nosso trabalho	28
Teoria de mudança	30
Metas e objectivos	34
Uma rede em crescimento	38

Carta do Director Executivo



Em Moçambique, onde aproximadamente 60% da população reside em zonas rurais, dependendo da natureza e ecossistemas para o seu sustento, a gestão sustentável das terras e dos recursos naturais tornou-se numa componente fundamental da agenda de desenvolvimento nacional.



A abordagem de Gestão Comunitária dos Recursos Naturais (GCRN) surge como um factor crucial para promover a prosperidade das pessoas e da Natureza. No entanto, o sucesso da GCRN depende da acção colectiva e de um compromisso inabalável, com ênfase específica em colocar as comunidades na frente de todas as iniciativas de conservação e desenvolvimento.

A ReGeCom, estabelecida em 2018 (e em operação desde 2020), dedica-se a reforçar a importância de instituições de base comunitária robustas e efectivas que lideram o engajamento na gestão sustentável da terra e recursos naturais ao nível da base. O foco inicial da ReGeCom era unir os principais actores, incluindo o Governo, as organizações da sociedade civil, o sector privado, a academia, as Organizações Não-Governamentais (ONGs) e as comunidades, para estabelecer padrões nacionais para o envolvimento da comunidade. Isto levou ao desenvolvimento e lançamento do primeiro Guião de Governação Comunitária de Moçambique que, com o apoio do Banco Mundial, da Rainforest Trust, da FNDS/MozBio e do BioFund, estão actualmente a ser testadas em quatro paisagens (Parque Nacional de Chimanimani, Reserva Especial de Marromeu, Parque Nacional de Maputo e Floresta do Monte Mabu).

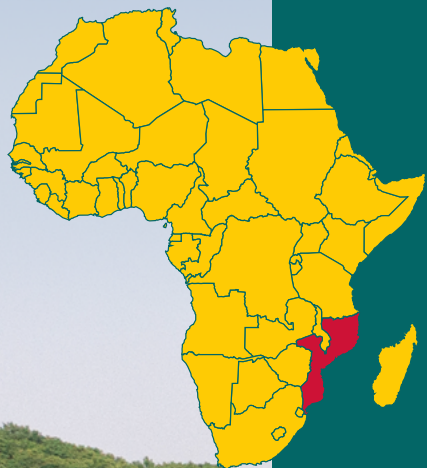
A nossa estratégia para 2024-2028 foi formulada com um esforço consciente de alargar a abordagem de Governação Comunitária para abranger as comunidades que vivem à volta e dentro das áreas protegidas. Ao mesmo tempo, pretendemos cumprir o nosso objectivo interno de reforçar a capacidade dos membros da nossa rede para continuar a apoiar estas comunidades. Esta estratégia global será executada através de um mecanismo de colaboração que promove a aprendizagem contínua e a melhoria das políticas com base numa monitoria eficaz e no feedback das comunidades sobre o impacto.

Ao convidá-lo a mergulhar neste plano estratégico, aproveito para realçar o facto de os líderes e as comunidades mundiais estarem actualmente reunidos na COP28, deliberando sobre medidas para travar as alterações climáticas e os seus impactos. As soluções para os actuais desafios de conservação da biodiversidade dependem em grande medida do nosso empenho em colocar as comunidades no centro do planeamento e da implementação de iniciativas de conservação e desenvolvimento. As soluções baseadas na natureza, enraizadas nas normas e conhecimentos tradicionais, devem ser reconhecidas e adoptadas. A ReGeCom está aqui para garantir a criação de condições que permitam às comunidades rurais liderar o seu próprio desenvolvimento através da gestão sustentável dos recursos naturais, abrindo caminho para que tanto as pessoas como a natureza prosperem.

Encorajo-vos a juntarem-se a nós nesta jornada para apoiar a Gestão Comunitária dos Recursos Naturais em Moçambique.

Atenciosamente,

José Monteiro
Director Executivo



Sobre Moçambique

Moçambique é um país ecologicamente único na região da África Austral e no mundo - um hotspot de biodiversidade terrestre, marinha e aquática.

Isto deve-se à sua diversidade natural, importantes bacias hidrográficas e localização geográfica alargada ao longo da costa do Oceano Índico. O país engloba cerca de 14 eco-regiões que, no seu conjunto, albergam um número estimado de mais de 6.000 espécies florísticas e 4.000 espécies faunísticas. Moçambique tem 42 áreas de conservação estabelecidas, e em 2021, 30 destas áreas, tanto terrestres como marinhas, foram designadas como Áreas-chave de Biodiversidade (KBAs), como resultado de um trabalho levado a cabo pelo Ministério de Terra e Ambiente.¹

Este capital natural é um dos principais patrimónios dos quais as comunidades rurais em Moçambique dependem para a sua sobrevivência. No entanto, as comunidades têm beneficiado muito pouco da riqueza natural do país, sendo que os riscos associados à proteção desses valiosos recursos ultrapassam muitas vezes quaisquer benefícios que possam ter recebido.

Nas últimas décadas, tem-se observado um declínio na abundância de recursos naturais, incluindo elevadas taxas de desflorestação, devido à expansão da prática da agricultura tradicional e necessidades habitacionais, exacerbada pelo crescimento populacional e pela exploração florestal insustentável. Este ciclo vicioso leva a mais conflitos, degradação acelerada e maiores níveis de pobreza e vulnerabilidade a desastres naturais.

No entanto, os recursos naturais de Moçambique podem contribuir significativamente para o crescimento económico e desenvolvimento sustentável do país, desde que sejam assegurados os direitos das comunidades que dependem destes recursos e que estas comunidades desempenhem um papel fundamental na sua gestão sustentável.

¹ Sistema de Informação de Biodiversidade de Moçambique (Biodiversity Information System of Mozambique) - <https://sibmoz.gov.mz/>



A história da ReGeCom

A história da Gestão Comunitária dos Recursos Naturais em Moçambique (GCRN)

Marcos importantes na história do movimento de gestão comunitária dos recursos naturais em Moçambique



80's

FINAL DA DÉCADA DE 80

- Aumento da densidade populacional nas zonas rurais de Moçambique -> aumento da pressão sobre os recursos naturais

90's

DÉCADA DE 1990

- Implementação de iniciativas de GCRN garantida em grande parte por organizações não governamentais com financiamento dos principais doadores de programas de desenvolvimento
- À medida que as iniciativas de GCRN se expandem, surgem modelos diferentes, levando a desafios na operacionalização das políticas de GCRN:
 - » Falta de informação e de conhecimento sobre os princípios básicos da legislação (principalmente por parte das comunidades rurais)
 - » Falta de respeito pelos procedimentos de consulta às comunidades
 - » As comunidades não beneficiam efetivamente da exploração dos RN
 - » Fraco envolvimento da comunidade na gestão dos RN
- Os modelos de gestão comunitária, orientados para a gestão florestal, caracterizam-se por 3 condições fundamentais:
 - i. participação da comunidade;
 - ii. regime de uso e posse da floresta;
 - iii. arranjo institucional.

1992

- O movimento de GCRN arranca em Moçambique, como estratégia para fazer face ao aumento da pressão sobre os RN e melhorar os meios de subsistência das comunidades rurais através da gestão participativa e sustentável dos recursos naturais

1994

- É lançado o projeto Tchuma Tchato, usando o modelo do movimento CAMPFIRE do Zimbabué

1997

- A Lei de Terras estabelece que as comunidades têm o direito de utilizar e beneficiar da terra e de outros recursos naturais, bem como o seu papel no planeamento da utilização da terra e a sua contribuição para o desenvolvimento sustentável. Um dos maiores avanços desta legislação é a introdução da obrigatoriedade de consulta comunitária nos casos em que investidores, indivíduos ou colectivos requerem a utilização de terras comunitárias.

1998

- 1ª Conferência sobre Maneio Comunitário de Recursos Naturais, durante a qual as partes interessadas discutiram metodologias, instrumentos, políticas e legislação para promover o uso sustentável dos recursos naturais.

1999

- A Lei das Florestas e Fauna Bravia de 1999 estabelece que 20% do rendimento da exploração das florestas e da fauna bravia deve ser canalizado para as comunidades locais -> mudança de foco na promoção da melhoria dos meios de subsistência e da capacitação da comunidade para a criação de comités comunitários de gestão dos recursos naturais para a recepção deste rendimento.
- Início do projecto piloto de delimitação de terras comunitárias, durante o qual são delimitadas as primeiras comunidades.

FINAIS DA DÉCADA DE 1990

- A maior sensibilização para os direitos das comunidades ao rendimento proveniente da exploração dos recursos naturais abriu espaço para a integração de outros sectores (pescas e minas). O sector das pescas centra-se no estabelecimento de modelos de cogestão, criando conselhos comunitários de pesca como forma de melhorar o envolvimento da comunidade. A falta de regulamentação específica continua, no entanto, a ser um desafio.

2000's

2003

- A Legislação dos Órgãos Locais do Estado destaca os comités locais como uma forma de organização comunitária para permitir que as comunidades se mobilizem na identificação e procura de soluções para problemas locais relacionados com a terra, recursos naturais, escolas, postos de saúde e outras questões não comerciais.

2004

- A Constituição moçambicana estabelece que, embora o Estado seja o proprietário de todos os recursos naturais no território nacional, todos os cidadãos têm o direito de viver num ambiente equilibrado (incluindo o acesso e a utilização dos recursos naturais) e o dever de o proteger.

2010's

2013

- A Lei das Pescas de Moçambique destaca o modelo de gestão participativa, que deve assegurar (i) o direito das comunidades de pesca ao acesso aos recursos pesqueiros e a sua participação no planeamento e gestão; (ii) o benefício, pelas comunidades locais onde se exerce a pesca, de uma percentagem das receitas obtidas.

2014

- A Lei da Conservação da Biodiversidade promove o envolvimento das comunidades locais, da sociedade civil e do sector privado na gestão sustentável dos recursos naturais e, no caso das áreas de conservação, prevê a criação de conselhos de gestão das áreas de conservação, nos quais as comunidades devem estar devidamente representadas através dos seus comités de gestão dos recursos naturais. A lei permite a criação de áreas de conservação comunitárias, sobre as quais as comunidades têm pleno controlo e direitos, com o objectivo de conservar a fauna e a flora e assegurar o uso sustentável dos RN. A área de conservação comunitária tem ainda como objectivo assegurar a partilha dos benefícios gerados pela conservação dos recursos naturais e promover a sensibilização local para o valor da biodiversidade.

2018

- Realiza-se em Maputo a 5ª Conferência de GCRN. Durante a conferência, um grupo de organizações públicas e da sociedade civil, instituições académicas e não-governamentais juntaram-se para tentar responder à necessidade de criar consenso em relação a uma Estratégia e Plano de Acção para a GCRN em Moçambique. Este movimento colectivo deu origem ao que é hoje a ReGeCom.

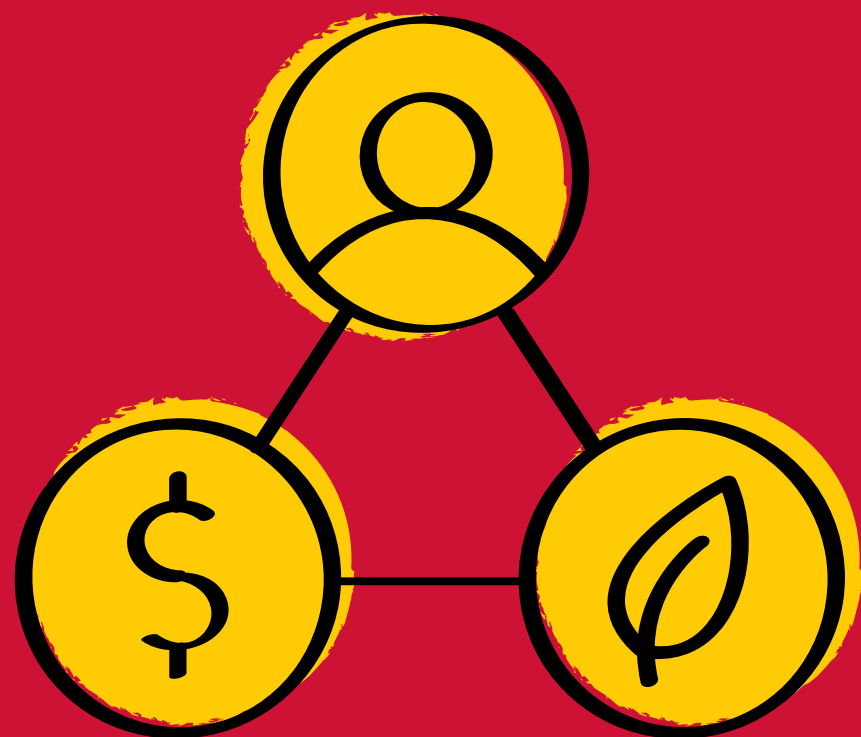
2020's

2022

- A revisão da Política Nacional de Terra fortalece os mecanismos que asseguram o direito de uso e aproveitamento da terra, incluindo os recursos naturais, por parte das comunidades.

A gestão comunitária dos recursos naturais tem estado a evoluir em Moçambique há mais de 30 anos.

A expansão dos projectos de GCRN levou a uma melhoria significativa do quadro legal, com a inclusão de princípios que promovem o respeito pelos direitos das comunidades rurais sobre a terra e os recursos naturais. No entanto, e embora as políticas de recursos naturais em Moçambique reconheçam a importância de envolver as comunidades rurais nos processos de desenvolvimento, a operacionalização destas políticas tem sido fraca devido à falta de consistência e clareza em torno das estruturas institucionais e de governação locais para a gestão da terra e dos recursos naturais comunitários. A implementação destes projectos, em grande parte apoiados por Organizações Não Governamentais (ONGs) e entidades nacionais reconhecidas, também tem sido feita de forma isolada e sem uma estratégia, abordagem, normas e alinhamento claros com as políticas sectoriais. Como resultado, tem sido difícil medir os impactos destes esforços - de uma forma uniforme e agregada - na melhoria dos meios de subsistência das comunidades e da gestão sustentável dos recursos naturais.



ReGeCom - Uma solução colectiva

Em fevereiro de 2018, na 5ª Conferência sobre Maneio Comunitário de Recursos Naturais realizada em Maputo, os desafios na implementação da GCRN no país e, em particular, o papel das comunidades na gestão sustentável dos recursos naturais, foram o principal foco de discussão. Foi durante a conferência que se discutiu pela primeira vez a necessidade de criar consenso em relação a uma Estratégia e Plano de Acção para a GCRN em Moçambique. No final da conferência, um grupo de organizações públicas e da sociedade civil, instituições académicas e não-governamentais juntou-se para tentar responder a esta necessidade. Em coordenação com o Governo, esta rede iria trabalhar para construir um modelo de envolvimento e participação das comunidades rurais na gestão dos recursos naturais, o que inclui a sua utilização e a partilha de benefícios. Mais especificamente, a ReGeCom, como é conhecida hoje, visa elevar a GCRN como uma agenda económica nacional, apoiando a harmonização de abordagens sectoriais específicas, e contribuindo para a transformação real da vida dos moçambicanos através dos benefícios gerados pela gestão sustentável dos recursos naturais.

Como colectivo, a ReGeCom tentou abordar os desafios que o movimento de GCRN enfrenta actualmente em Moçambique, e capitalizar os esforços de 30 anos de promoção da gestão comunitária de recursos naturais, através das seguintes intervenções:

- **Fortalecimento dos sistemas de governação comunitária**, como base para o reconhecimento dos direitos das comunidades e do seu envolvimento na liderança dos processos de desenvolvimento comunitário, baseados na utilização e gestão dos recursos naturais. Esta consolidação deve ser acompanhada pelo desenvolvimento de instrumentos (planos de ordenamento do território, agendas comunitárias, etc.) que facilitem o planeamento e a tomada de decisões colectivas;
- **Desenvolvimento do quadro legal para a gestão comunitária dos recursos naturais** com base na legislação sectorial, servindo de plataforma para uniformizar os instrumentos e abordagens que criem condições para o envolvimento das comunidades nos processos de desenvolvimento. As comunidades, enquanto agentes activos e não passivos, são reconhecidas como uma peça indispensável para a promoção do crescimento económico e a conservação da biodiversidade.
- **Criação de capacidade institucional e de sistemas de gestão de informação** que permitam a tomada de decisões informadas e forneçam evidências de modelos de gestão comunitária que respondam a necessidades específicas de crescimento socioeconómico e conservação dos recursos naturais.

O trabalho da ReGeCom é orientado por quatro princípios:



A ReGeCom é actualmente composta por um total de 21 membros, representando instituições de Organizações Não-Governamentais e Organizações da Sociedade Civil. Desde o seu início, a ReGeCom tem sido apoiada por instituições governamentais que, devido ao seu perfil legal, não podem ser membros fundadores, mas são parceiros efectivos da rede.

As nossas instituições membro

ONGs Moçambicanas

ASSOCIAÇÃO JUVENIL PARA O DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO EM MOÇAMBIQUE (AJUCOM)

A AJUCOM está comprometida com a promoção de iniciativas e actividades de desenvolvimento comunitário em parceria com diferentes partes interessadas para o desenvolvimento socioeconómico de Moçambique, em geral, e das comunidades locais, em particular. A AJUCOM procura continuamente contribuir para o desenvolvimento integrado e sustentável das comunidades rurais.

CENTRO DE APRENDIZAGEM E CAPACITAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL (CESC)

Fundado em 2009, o CESC trabalha para fortalecer a capacidade dos cidadãos e das Organizações da Sociedade Civil para participarem activamente nos processos de desenvolvimento socioeconómico e político, investindo na promoção de ferramentas de envolvimento cívico e facilitação, partilha de aprendizagens, monitoria e advocacia de políticas e serviços públicos que respondam às necessidades dos cidadãos.

CENTRO TERRA VIVA (CTV)

O trabalho do CTV contribui para uma melhor fundamentação técnico-científica das decisões em matéria de ambiente, de modo que os apelos à participação pública na gestão ambiental incluídos nas políticas, estratégias e legislação nacionais em matéria de ambiente permitam uma resposta positiva de uma sociedade civil com capacidade de dar contributos informados e relevantes.

ESTAMOS

A ESTAMOS foi fundada em 2001 e a sua missão é capacitar as comunidades, reforçando as capacidades das mulheres vulneráveis, das pessoas com deficiência e dos jovens para serem actores na melhoria da qualidade das suas vidas através de oportunidades mais amplas para uma maior exploração dos recursos do país.

COOPERATIVA AVANTE

A Cooperativa Avante trabalha desde 2022 para contribuir para o empoderamento de indivíduos e comunidades, promovendo sistemas de gestão e governação inclusivos para a exploração sustentável dos recursos naturais, em particular dos recursos comunitários.

FUNDAÇÃO MICAIA

Desde 2009, a missão da Micaia tem sido ajudar a criar as condições para que os moçambicanos possam assegurar o seu bem-estar e desenvolver as suas capacidades para prosperar.

OPHAVELA

Fundada em 2005, a Ophavela tem como objectivo promover o bem-estar das famílias carenciadas, contribuindo para o desenvolvimento sustentável das comunidades.

ASSOCIAÇÃO MOÇAMBICANA PARA O DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL (AMDER)

A AMDER trabalha para defender e proteger os direitos à terra (posse da terra) e os recursos naturais comunitários, e promover os direitos de uso sustentável da terra para o desenvolvimento socioeconómico e o bem-estar das famílias rurais.

TERRA NOSSA

Fundada em 2011, a Terra Nossa trabalha para fortalecer o bem-estar social e económico das comunidades locais.

UNIÃO PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (UDS)

A UDS tem vindo a trabalhar desde 2011 para apoiar os seus membros e as comunidades locais a tornarem-se autossustentáveis, transformando a Terra e outros recursos naturais em fontes de desenvolvimento e riqueza, além de promover parcerias.

ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA PARA A SAÚDE E DESENVOLVIMENTO (ACOSADE)

Ao longo dos últimos 20 anos, a ACOSADE tem contribuído para a adoção e implementação de iniciativas centradas no desenvolvimento sustentável das comunidades.

ASSOCIAÇÃO DE MULHERES PARA A PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO (AMPDC)

A AMPDC trabalha desde 2007 para promover a igualdade de género e o engajamento social através do conhecimento dos direitos humanos, do acesso aos meios de subsistência e da participação nos processos de tomada de decisão, para a redução da vulnerabilidade social em Moçambique.

REDE PARA O AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO SUSTENTÁVEL DA ZAMBÉZIA (RADEZA)

Nos últimos 19 anos, a RADEZA tem trabalhado para garantir a gestão sustentável dos recursos naturais e promover o desenvolvimento comunitário e a conservação da biodiversidade.

ASSOCIAÇÃO DOS CONSULTORES E EXTENSIONISTAS AGRÍCOLAS (ACEAGRÁRIOS)

Desde 2022, a ACEAGRÁRIOS tem prestado serviços de consultoria e extensão agrária de qualidade para o desenvolvimento integrado em Moçambique, com base em princípios de equidade social e de género e criação de riqueza.

ONGs internacionais

UNIÃO INTERNACIONAL PARA A CONSERVAÇÃO DA NATUREZA (IUCN)

Criada em 1948, a missão da IUCN é influenciar, incentivar e ajudar as sociedades a conservar a integridade e a diversidade da natureza e garantir que qualquer utilização dos recursos naturais seja equitativa e ecologicamente sustentável.

FUNDO MUNDIAL PARA A NATUREZA (WWF)

Fundada em 1961, a WWF trabalha para conservar e restaurar a biodiversidade, a rede que suporta toda a vida na Terra, para reduzir a pegada ambiental da humanidade, e para assegurar a utilização sustentável dos recursos naturais para apoiar as gerações actuais e futuras.

RARE MOÇAMBIQUE

A RARE trabalha com aldeias, conselhos comunitários de pesca e governos distritais para construir e reforçar a pesca de base comunitária, promovendo a adopção de comportamentos para uma pesca responsável.

Instituições Académicas

FACULDADE DE AGRONOMIA E ENGENHARIA FLORESTAL DA UNIVERSIDADE EDUARDO MONDLANE (FAEF)

Formar técnicos de alta qualidade em ciências agrónomas e florestais, bem como desenvolver competências associadas na área científica, fornecendo ferramentas de alavancagem para o desenvolvimento do país.

UNIVERSIDADE ROVUMA

Formação de técnicos de nível superior, comprometida com a prestação de serviços de qualidade, excelência e referência e que dá prioridade à aprendizagem dos seus alunos e no trabalho dos seus profissionais.

UNIVERSIDADE ZAMBEZE

Produzir e difundir conhecimentos científicos nas áreas de ciências agrárias e afins através do Ensino, Pesquisa e Extensão, contribuindo para o exercício pleno da cidadania, através da formação humanística, crítica e reflexiva, preparando profissionais competentes e actualizados para o mundo do trabalho e para a melhoria das condições de vida da sociedade.

UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MOÇAMBIQUE - FACULDADE DE GESTÃO DE RECURSOS FLORESTAIS E FAUNÍSTICOS

Oferecer um ensino superior híbrido de excelência, proporcionando o desenvolvimento e a formação integral de profissionais altamente qualificados, numa perspetiva científica, tecnológica e cultural dos estudantes ao serviço da comunidade e da sociedade.

Instituições Governamentais

ADMINISTRAÇÃO NACIONAL DAS ÁREAS DE CONSERVAÇÃO (ANAC)

O papel da ANAC é coordenar e desenvolver o Sistema Nacional das Áreas de Conservação e assegurar o uso sustentável e participativo da biodiversidade.

DIRECÇÃO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO LOCAL (DNDEL)

Unidade Orgânica do Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural que tem, entre outros, o mandato para estabelecer políticas e estratégias integradas de desenvolvimento rural para melhorar as condições de vida das comunidades locais e promover a participação das comunidades nos processos de desenvolvimento económico através da formação, inovação, experimentação e introdução de tecnologias apropriadas e sustentáveis para o desenvolvimento rural.

DIRECÇÃO NACIONAL DE FLORESTAS (DINAF)

O papel do DINAF é promover um sector florestal integrado, competitivo e sustentável, que gere bens e serviços económicos, sociais e ambientais, equilibrando os interesses das comunidades locais, do sector privado e do sector público, contribuindo para o desenvolvimento sustentável de Moçambique.

DIRECÇÃO NACIONAL DE TERRAS E DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL (DNTDT)

A DNTDT promove e implementa políticas e programas de desenvolvimento que garantam a qualidade ambiental, a resiliência às alterações climáticas e o uso sustentável dos recursos naturais.

DIRECÇÃO NACIONAL DA ADMINISTRAÇÃO LOCAL (DNAL)

A DNAL foca-se na promoção da reforma dos órgãos locais do Estado, na elaboração de mecanismos de articulação dos órgãos centrais com os órgãos locais do Estado e destes com as autoridades comunitárias e, na coordenação do processo de descentralização de competências dos órgãos centrais para os órgãos locais do Estado.

INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO DAS PESCAS E AQUACULTURA (IDEPA)

O IDEPA promove acções de desenvolvimento da pesca e da aquacultura, contribuindo para a melhoria das condições de vida e de trabalho das comunidades de pesca e aquacultura, através do aumento da produção alimentar.

INSTITUTO NACIONAL DE MINAS (INAM)

O INAM é a entidade reguladora da actividade mineira, responsável pelas orientações para a participação dos sectores público e privado na prospecção, exploração, processamento, exportação e importação de produtos mineiros e seus derivados.

Principais realizações

Apesar de estar em funcionamento há pouco mais de cinco anos, a ReGeCom estabeleceu-se como a rede de referência para a governação comunitária dos recursos naturais em Moçambique.

Esta reputação atraiu algumas das principais organizações do país que trabalham na conservação baseada na comunidade, bem como permitiu que a rede estabelecesse relações fortes e de confiança com uma série de instituições governamentais. Estas relações vão para além das fronteiras nacionais, tendo a ReGeCom estabelecido importantes parcerias com outras redes e organizações da região, como a Community Leaders Network, a rede da África Austral para a gestão de recursos naturais, e também atraído financiamento de vários doadores. Neste contexto, a ReGeCom tornou-se numa voz regional da sociedade civil para a GCRN na região, e está numa posição forte para liderar uma nova era de GCRN em Moçambique.

Uma das maiores realizações da ReGeCom até à data, o guião de governação comunitária, foi desenvolvido de forma participativa pelas instituições membro da rede e outros intervenientes chave, incluindo o governo. Baseado nas lições aprendidas durante o trabalho destas instituições, este é o primeiro guião do género em Moçambique. A governação comunitária é uma das principais lacunas que limitam o envolvimento da comunidade na gestão dos recursos naturais, e o guião fornece uma base para o estabelecimento de sistemas eficazes de governação comunitária para a gestão sustentável da terra e dos recursos naturais em Moçambique. O modelo proposto posiciona as comunidades no centro da gestão dos recursos, com representação efectiva e tomada de decisões sobre o uso da terra e dos recursos naturais colectiva, utilizando ferramentas desenvolvidas e aprovadas pelas próprias comunidades. Se for amplamente adoptado em Moçambique, o guião ajudará a preparar o caminho para o estabelecimento de instituições comunitárias fortes e representativas, que estarão melhor preparadas para tomar decisões informadas sobre o uso e gestão da terra e dos recursos naturais, incluindo a capacidade de negociação de benefícios derivados desses recursos. Actualmente, a maioria dos concursos de projectos para o estabelecimento de áreas de conservação comunitárias lançados pelo Fundo para a Conservação da Biodiversidade (BIOFUND) e ANAC, requerem o uso da abordagem de Governação Comunitária da ReGeCom.

O sistema de gestão de informação comunitária desenvolvido pela ReGeCom pretende ilustrar informação socioeconómica sobre as comunidades e a sua gestão dos recursos naturais. Ter esta informação disponível e de consulta livre promove uma melhor e mais eficiente planificação e tomada de decisão sobre a gestão dos recursos naturais. O sistema oferece também uma oportunidade para acelerar as iniciativas comunitárias de gestão dos recursos naturais, melhorar a complementaridade das instituições membro da rede e facilitar a planificação e implementação de intervenções harmonizadas entre o governo, o sector privado, os doadores e a própria comunidade.

Panorama de trabalho da ReGeCom

- Áreas de Conservação
- Rios

PAISAGEM DA FLORESTA DO MONTE MABU

- 11 Comunidades apoiadas
- 11 Comitês Comunitários estabelecidos
- 110 membros (40 Mulheres)
- 2700 Agregados familiares alcançados
- Em curso:** 11 Planos de uso de terra comunitários

PAISAGEM DA RESERVA NACIONAL DE MARROMEU

- 4 Comunidades apoiadas
- 10 Comitês Comunitários estabelecidos
- 103 membros (34 mulheres)
- 2835 Agregados familiares alcançados
- 7073 ha de direitos de terra registados
- 4 Planos de uso de terra comunitários desenvolvidos
- 2 Planos de negócio desenvolvidos

PAISAGEM DO PARQUE NACIONAL DE CHIMANIMANI

- 4 Comunidades apoiadas
- 10 Comitês Comunitários estabelecidos
- 108 membros (48 mulheres)
- 873 Agregados alcançados
- 67187 ha de direitos de terra comunitária registados
- 4 Planos de uso de terra comunitários desenvolvidos

PAISAGEM DA COSTA DOS ELEFANTES

- 4 Comunidades apoiadas
- 4 Comitês Comunitários estabelecidos
- 55 membros (29 mulheres)
- 245 Agregados familiares alcançados
- 60949 ha de direitos de terra registados
- 4 Planos de uso de terra comunitários desenvolvidos
- 2 Planos de negócio desenvolvidos

O contexto do nosso trabalho

Depois de mais de 30 anos desde a introdução das abordagens e princípios da Gestão Comunitária dos Recursos Naturais (GCRN), Moçambique tem um quadro legal que defende o respeito pelos direitos das comunidades que vivem com os recursos naturais e encoraja o governo a criar condições para que estas comunidades registem as suas terras, estejam organizadas e envolvidas em todos os processos que requerem consulta comunitária e tomada de decisões para o uso, exploração e conservação dos recursos naturais. Este quadro cria também a obrigação de partilhar com as comunidades rurais, como guardiãs destes recursos, os benefícios gerados pela sua exploração.

Lei da Terra (19/97)

Capítulo III, Artigo 12: 'O direito de uso e aproveitamento da terra é adquirido por: a) ocupação por pessoas singulares e pelas comunidades locais, segundo as normas e práticas costumeiras no que não contrariem a constituição; (...).'

Capítulo IV, Artigo 24: 'Nas áreas rurais, as comunidades locais participam: a) na gestão dos recursos naturais; b) na resolução dos conflitos; c) no processo de titulação, conforme o estabelecido no nº 3 do artigo 13 da presente Lei; d) No exercício das competências referidas nas alíneas a) e b) do nº 1 do presente artigo, as comunidades locais utilizam, entre outras, as normas e práticas costumeiras.'

Lei de Florestas e Fauna Bravia (10/99)

Capítulo VI, Artigo 31: '3. A gestão [participativa] deve assegurar a participação das comunidades locais na exploração dos recursos florestais e faunísticos e nos benefícios gerados pela sua utilização.'

A base jurídica foi também acompanhada pela evolução de um quadro institucional que regula e tem obrigações de promover o desenvolvimento económico local com base na gestão sustentável dos recursos naturais. Este quadro institucional permitiu a atração de investimentos no sector da terra e dos recursos naturais, criando oportunidades económicas, que são um elemento essencial da GCRN.



A optimização do potencial existente no quadro legal, institucional e de capital natural depende da operacionalização e inclusão efectiva das comunidades como actores chave neste processo de desenvolvimento.

Contexto Interno

Ao longo dos últimos cinco anos, a ReGeCom desenvolveu forças institucionais significativas, que ajudaram a rede a superar uma série de desafios com que se deparou no decurso do seu trabalho.

FORÇAS

UMA VOZ COLECTIVA

Como um colectivo de instituições diversas (ONGs, instituições académicas e governamentais), a ReGeCom detém uma riqueza de conhecimentos, experiência e conjunto de competências, para além das de uma única organização. A reputação e a experiência das suas organizações membro dão à ReGeCom um grande peso e influência, o que a posiciona bem para trazer mudança e inovação à GCRN em Moçambique. Como uma rede, a ReGeCom também está bem posicionada para advogar pelo trabalho das suas instituições membro e reforçar a sua contribuição para a GCRN.

UM MODELO PARA O ENVOLVIMENTO E GOVERNAÇÃO COMUNITÁRIA

O foco da ReGeCom no desenvolvimento, teste e melhoramento das abordagens existentes à governação comunitária aborda uma lacuna importante no que diz respeito ao envolvimento da comunidade na gestão dos recursos naturais. Até recentemente, as instituições que trabalhavam nesta esfera em Moçambique faziam-no utilizando abordagens e ferramentas individuais, que eram difíceis de avaliar, replicar e levavam a sobreposições desnecessárias e a um consequente afastamento das comunidades. As ferramentas e abordagens desenvolvidas pela ReGeCom são informadas por décadas de trabalho das suas organizações membro, os muitos desafios enfrentados e as lições aprendidas. Aproveitam a legislação existente e são desenvolvidas com as comunidades, garantindo que são adequadas ao objectivo e estão em constante evolução.

UMA LIDERANÇA FORTE

A liderança da ReGeCom tem sido bem sucedida na identificação e na busca de oportunidades para a rede. Eles são a instituição que lidera o caminho no espaço actualmente fragmentado da GCRN em Moçambique, coordenando um grande número de instituições membro e mantendo um nível de alinhamento crucial para o sucesso tanto da rede como da GCRN.

COBERTURA A NÍVEL NACIONAL ATRAVÉS DAS ORGANIZAÇÕES MEMBRO

Moçambique é um país vasto, com cerca de 800.000 km², com uma costa que se estende por mais de 2.700 km, dividida por 154 distritos. Estas características geográficas e administrativas podem constituir um desafio operacional para as instituições que trabalham com comunidades rurais. O facto de as instituições membro trabalharem em oito das dez províncias permite que a rede cubra uma grande parte do país, enquanto amplia as suas abordagens padronizadas, desenvolve capacidades em grande escala e monitoriza o desempenho dos sistemas de governação, mantendo os custos operacionais baixos.

UMA BOA RELAÇÃO COM O GOVERNO E OUTROS PARCEIROS RELEVANTES

A ReGeCom desenvolveu uma relação forte e de confiança com várias instituições governamentais. De facto, sete instituições governamentais diferentes são membros convidados da rede. Estas instituições participam activamente, contribuindo para o nosso trabalho e estratégia. A ReGeCom também desenvolveu relações de sucesso com outras redes regionais (NACSO, CLN, CAMPFIRE), bem como com agências doadoras locais e internacionais (Banco Mundial, Biofund, Rainforest Trust, FAO e União Europeia).

FRAQUEZAS E DESAFIOS

CAPACIDADE DO SECRETARIADO/DIRECÇÃO EXECUTIVA

Um grande desafio para a ReGeCom é construir a sua capacidade interna para cumprir o seu papel, para além da actual forte dependência do Director Executivo fundador e de uma pequena equipa de secretariado. É importante que as principais responsabilidades do secretariado sejam identificadas, e que o recrutamento de posições adicionais seja uma prioridade para prestar apoio ao Director Executivo e para descentralizar a coordenação da rede.

MEMBROS

As funções e responsabilidades de cada instituição membro, bem como os critérios para se tornar membro, não são claros. Existe a preocupação de que isto possa significar que se está a perder potencial considerável e que acabe por haver um desalinhamento no que os membros consideram ser o papel da ReGeCom. É necessário clarificar o que se espera de cada instituição membro, bem como as suas competências e experiência únicas necessárias para lidar com áreas específicas de trabalho ou coordenação.

QUALIDADE E CAPACIDADE TÉCNICA DAS INSTITUIÇÕES MEMBRO

Há receio de que a qualidade da execução do trabalho da ReGeCom varie significativamente consoante as zonas geográficas, levando a dúvidas se tal se deve à capacidade da ReGeCom ou das instituições membro. A capacidade das instituições membro deve ser construída, seguido de sistemas de controlo sólidos para garantir a qualidade da execução, especialmente sendo a ReGeCom frequentemente a instituição responsável, em última instância, perante o doador e outros parceiros.

COMUNICAÇÃO DO IMPACTO

A ReGeCom está bem posicionada para liderar uma mudança no movimento de GCRN em Moçambique e para defender o trabalho das suas instituições membro, mas é importante que ambos sejam apoiados por fortes evidências de impacto. Sistemas de monitoria e comunicação mais fortes ajudarão a ReGeCom a comunicar melhor o impacto do seu trabalho no terreno e a mostrar a importância das instituições da rede.

COORDENAÇÃO E ALCANCE

Embora o alcance geográfico da ReGeCom signifique um potencial de impacto mais vasto das suas intervenções, a coordenação do trabalho efectuado num país de grandes dimensões apresenta desafios. A rede começou a trabalhar em zonas onde não existem membros, o que realça a necessidade de uma estratégia de expansão bem definida. É também importante que a ReGeCom selecione um conjunto de paisagens prioritárias nas quais deva concentrar os seus esforços. Uma possível área de foco, são as comunidades que vivem nas zonas tampão das áreas de conservação.

Contexto Externo

OPORTUNIDADES

Existem várias oportunidades que a ReGeCom pode aproveitar para ter um maior impacto.

QUADRO JURÍDICO FAVORÁVEL

O quadro jurídico relativo aos recursos naturais e à conservação da biodiversidade é considerado progressivo. Oferece uma oportunidade para as comunidades desempenharem um papel mais central na gestão dos recursos naturais, com base: i) no reconhecimento dos direitos costumeiros das comunidades sobre a terra e os recursos naturais; ii) na canalização obrigatória de parte das receitas da exploração dos recursos naturais para as comunidades; e iii) no estabelecimento de áreas de conservação comunitárias, como base para o envolvimento e liderança das comunidades rurais na conservação da biodiversidade, melhorando ao mesmo tempo os seus meios de subsistência. A ReGeCom está bem posicionada para tirar partido deste quadro jurídico e estar na vanguarda da aplicação da lei, testando a sua aplicabilidade no terreno, e ao mesmo tempo defendendo as alterações necessárias.

Legislação em revisão: As Leis da Terra, de Florestas e de Planeamento e Ordenamento Territorial estão actualmente a ser revistas. Enquanto colectivo, a ReGeCom está bem posicionada para influenciar a política e propor soluções com base na experiência e nas melhores práticas. Uma vez que os membros têm fortes relações com as comunidades, podem servir de ponte entre as comunidades e o governo e abrir espaço para que todos os intervenientes se sentem à mesa. Ao fazê-lo, a ReGeCom pode influenciar a elaboração de leis que respondam às necessidades das pessoas e do país, bem como ajudar a desenvolver os mecanismos que garantirão que essas leis sejam postas em prática.

POLÍTICA E PROGRAMA NACIONAL PARA A GESTÃO COMUNITÁRIA DE RECURSOS NATURAIS

À medida que vários intervenientes, incluindo o governo, repensam o actual modelo de GCRN de Moçambique, torna-se claro que existe uma necessidade de definir quadros legais e institucionais que unam as múltiplas legislações actuais numa política de GCRN abrangente e específica que descreva claramente o papel das comunidades nos processos de tomada de decisão sobre a terra e os recursos naturais, bem como a sua representação, participação e benefícios. Adicionalmente, a ReGeCom foi convidada pelo governo moçambicano para liderar o desenvolvimento do Programa Nacional de GCRN. Isto dá à ReGeCom a oportunidade de defender a política e usar a experiência das suas instituições membro para conceber um plano que é informado por décadas de lições aprendidas no trabalho com as comunidades. Esta riqueza de experiência ajudará a mitigar os riscos e a evitar erros. É também uma oportunidade para harmonizar as ferramentas existentes a serem implementadas pelos seus membros, ao mesmo tempo que se experimentam novas ideias e abordagens.

PLANO DE USO DA TERRA A NÍVEL COMUNITÁRIO

A Gestão Comunitária dos Recursos Naturais requer uma interacção constante e eficaz entre as pessoas e os recursos naturais disponíveis. As políticas e ferramentas actuais não reflectem estas interacções ao nível da comunidade, dificultando os processos de consulta comunitária e limitando as oportunidades disponíveis para as comunidades. A ReGeCom está actualmente a trabalhar com a Direcção Nacional de Terras e Desenvolvimento Territorial para alinhar um modelo e directrizes para a elaboração de Planos de Uso da Terra a nível comunitário, como instrumentos complementares aos sistemas de Governação, e garantir que estes também se encontram incluídos na Lei de Planeamento Territorial que está actualmente a ser revista.

BENEFÍCIOS DE INVESTIMENTOS E/OU FINANCIAMENTOS BASEADOS NA NATUREZA

Há um interesse crescente em investir em créditos de carbono e azuis e projectos REDD+ em Moçambique. Embora tais projectos tenham sido implementados durante anos, os resultados não são claros e muito poucos, ou nenhuns, benefícios chegaram às comunidades. Além disso, não existem mecanismos formalizados para o Estado controlar e exigir a responsabilização das empresas e organizações que implementam tais projectos, incluindo um mecanismo eficaz de partilha de benefícios para estes processos. A ReGeCom faz actualmente parte do Comité REDD+, uma plataforma criada pela Direcção Nacional de Alterações Climáticas do Ministério do Ambiente, que espera dar contributos para uma avaliação e implementação eficazes dos projectos de Carbono. Como um colectivo que trabalha em algumas das paisagens florestais mais importantes do país, e que colabora com um vasto leque de partes interessadas, a ReGeCom pode desempenhar um papel vital para influenciar o futuro dos projectos de crédito de carbono em Moçambique, particularmente através da organização das comunidades e melhorar mecanismos de partilha de benefícios.

CRÉDITOS DE BIODIVERSIDADE

Durante a COP15 (Kunming-Montreal), a Estrutura Global de Biodiversidade reconheceu a contribuição que os mecanismos financeiros inovadores, incluindo os créditos de biodiversidade, pode trazer para a conservação e restauração da natureza. A ReGeCom pode contribuir para estes financiamentos inovadores através de um forte engajamento comunitário na identificação de pontos e áreas de elevada biodiversidade durante os processos de elaboração de planos de uso de terra comunitários, facilitando a possibilidade de serem direccionados directamente para comunidades com sistemas de governação estabelecidos. Outra contribuição da ReGeCom pode ser no processo de estabelecimento de mecanismos de Governação destes financiamentos, garantindo a representatividade e amplificação das vozes das comunidades, em processos de decisão a nível nacional.

AMEAÇAS

O contexto externo apresenta uma série de ameaças que a ReGeCom terá de mitigar para manter o êxito do seu trabalho.

INSTABILIDADE POLÍTICA

Desde o acordo de paz assinado em 1992, Moçambique tem vivido conflitos armados esporádicos. O conflito mais recente, e ainda em curso, no centro e norte do país, desestabilizou os meios de subsistência de centenas de comunidades, afectando directamente o seu acesso e utilização dos recursos naturais. Esta instabilidade põe em risco o trabalho da ReGeCom, não só porque pode anular

muito do progresso para o fortalecimento dos sistemas de governação e de garantia dos direitos das comunidades, mas também porque torna partes do país inacessíveis e inseguras para trabalhar.

FREQUÊNCIA E INTENSIDADE DOS DESASTRES NATURAIS

Com mais de 2700 km de costa, Moçambique é um dos países mais vulneráveis a fenómenos climáticos extremos. O país vive consistentemente um ciclo de eventos extremos que, exacerbados pelas alterações climáticas, têm impactos significativos na conservação e gestão dos recursos naturais. Estes eventos: a) afectam directamente os meios de subsistência e, como tal, os esforços de conservação; b) resultam frequentemente na destruição de infraestruturas como estradas, limitando a mobilidade e acesso às comunidades durante a implementação de projectos e c) reduzem a disponibilidade de fundos, tanto devido ao facto de serem canalizados para uma resposta de emergência, mas também porque a reconstrução e as deslocalizações são frequentemente necessárias após tais eventos.

CAPACIDADE DAS INSTITUIÇÕES MEMBRO

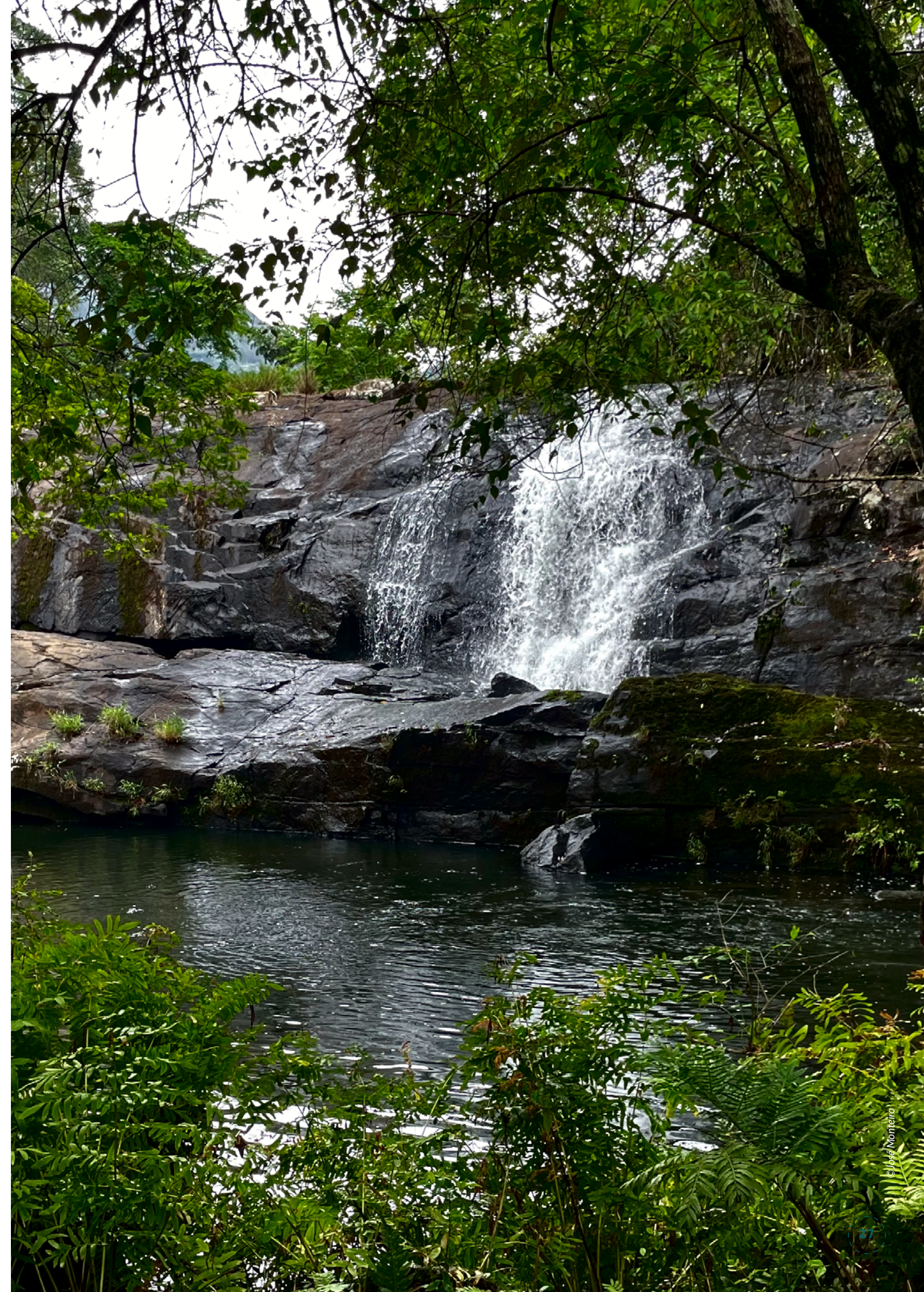
Enquanto rede, a ReGeCom está bem posicionada para se tornar a instituição de referência para o “recrutamento” de parceiros de execução. Neste contexto, a ReGeCom deve ser capaz de garantir a qualidade do trabalho efectuado pelas instituições membro, algumas das quais apresentam lacunas na sua capacidade técnica. Se a ReGeCom não for capaz de garantir essa qualidade, reforçando directa ou indirectamente as capacidades técnicas e institucionais dos membros, arrisca-se a perder credibilidade e a prejudicar a sua reputação enquanto organização capaz de produzir resultados.

ALINHAMENTO CONTÍNUO DO PROPÓSITO E DO PAPEL

À medida que a ReGeCom cresce, tornar-se-á cada vez mais difícil assegurar o alinhamento entre todas as instituições membro. Será crucial clarificar o papel e as responsabilidades da ReGeCom para com as instituições membro, bem como o que se espera de cada instituição membro. Para tal, será necessário clarificar os critérios para se tornar membro, bem como as expectativas da ReGeCom para com os seus membros.

ELEVADA ROTATIVIDADE DOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS

Os funcionários públicos em posições-chave nas instituições governamentais com quem a ReGeCom trabalha em estreita colaboração mudam com frequência e nem sempre num calendário previsível. Este facto leva muitas vezes a que novas relações tenham de ser construídas e a que as organizações tenham de adaptar o seu trabalho em resposta às novas prioridades e agendas, pondo potencialmente em risco anos de progresso. É importante que a ReGeCom encontre formas de estabelecer relações para além do nível individual e de criar resiliência para responder a estas mudanças. Ter alguns destes departamentos governamentais como membros pode ser útil para garantir que o trabalho da ReGeCom seja conhecido, reconhecido e valorizado para além das relações individuais.



O nosso trabalho



Proposta de valor

Somos uma rede de instituições complementares que combinam anos de experiência e conhecimento para promover e coordenar o desenvolvimento de um modelo forte e inclusivo de governação comunitária da terra e dos recursos naturais em Moçambique.



Visão

Comunidades em Moçambique lideram a gestão sustentável da terra e dos recursos naturais, com base em modelos melhorados de governação comunitária.



Missão

Liderar o desenvolvimento efectivo da Gestão Comunitária dos Recursos Naturais em Moçambique.

Valores

- **Humildade e respeito** - Todos os nossos compromissos são efectuados com humildade e respeito. Trabalhamos com diversos grupos de pessoas e sabemos que não temos todas as respostas.
- **Adaptamo-nos à medida que avançamos** - O nosso trabalho é informado pela resposta das comunidades com as quais interagimos, um contexto em constante transformação e a adopção de novas abordagens e tecnologias.
- **A diversidade é o nosso ingrediente principal** - Somos uma rede de instituições com diferentes origens e experiências. Estas fazem com que a ReGeCom seja maior do que a soma das suas partes. Caminhamos juntos em direcção ao mesmo destino.
- **O nosso trabalho representa o nosso empenhamento nas comunidades rurais** - Estamos empenhados nas comunidades rurais e chegamos até elas da forma que for necessária. Nenhuma comunidade é demasiado remota para nós, pois a nossa paixão reside em melhorar a vida das pessoas.
- **Colaboramos, aprendemos e divertimo-nos juntos** - A natureza do nosso trabalho é colaborativa e sabemos que sozinhos não vamos longe. Aprendemos uns com os outros e tiramos o máximo partido do nosso trabalho enquanto nos divertimos.



Teoria de mudança

Instituições de governação comunitária fracas ou, em muitos casos, inexistentes, representativas e capazes para a tomada de decisões colectivas e gestão dos recursos naturais, combinadas com a falta de coordenação entre as instituições de implementação, resultaram em sistemas fracos de governação comunitária em Moçambique e em poucos ou nenhuns benefícios para as comunidades desses mesmos recursos.

NOS PRÓXIMOS CINCO ANOS, A REGECOM TERÁ TRÊS ÁREAS PRINCIPAIS DE FOCO:

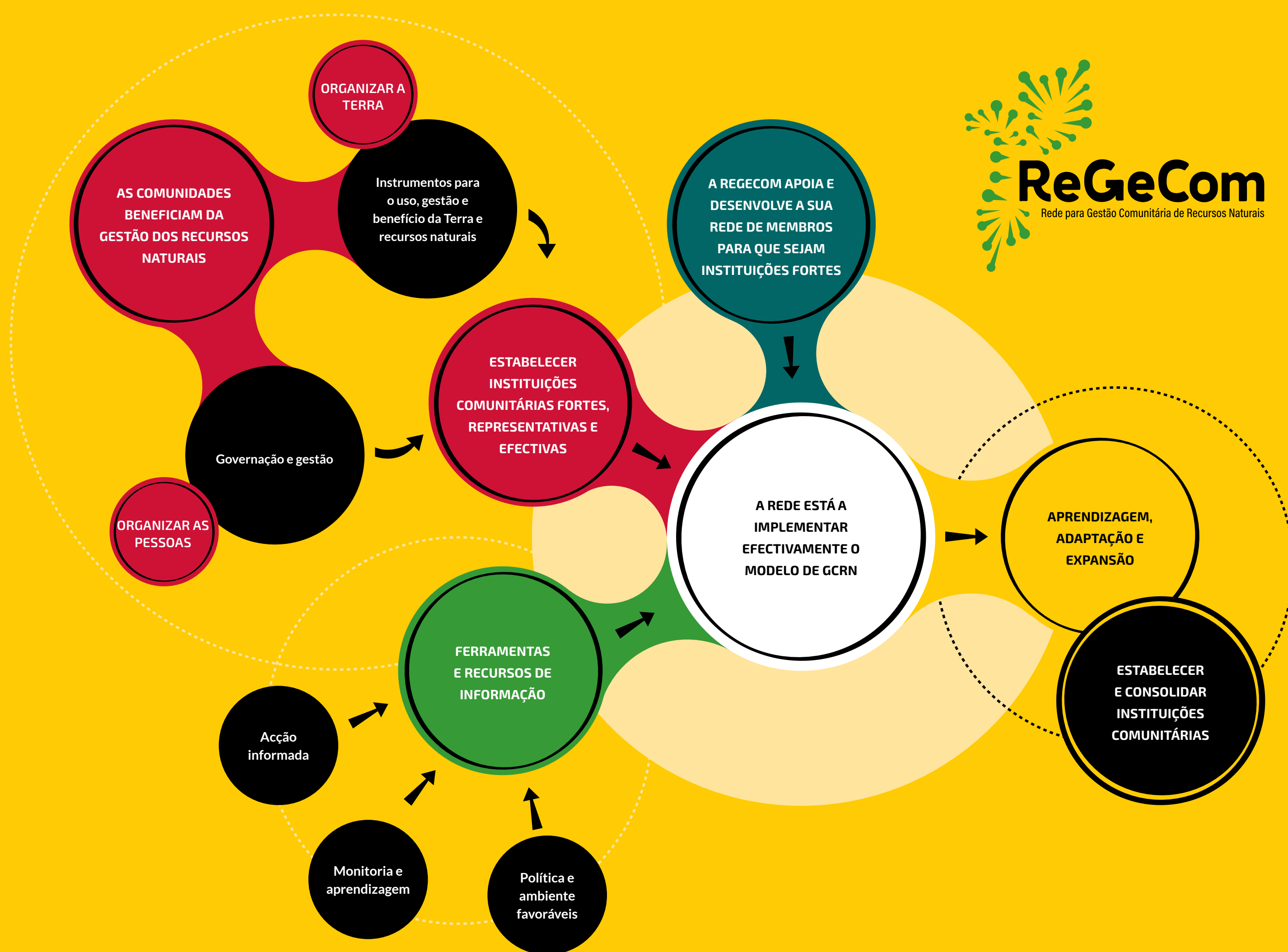
- 1 Coordenar o trabalho dos seus membros para fortalecer colectivamente os modelos actuais de governação comunitária dos Recursos Naturais - **O que os membros da ReGeCom estão a fazer;**
- 2 Fornecer o apoio e o ambiente propício necessários para que seus membros desenvolvam, melhorem e implementem com sucesso esse modelo - **Como a ReGeCom apoiará seus membros;**
- 3 Construir uma visão a longo prazo para a evolução do movimento da GCRN em Moçambique, e como isso irá mudar a natureza da ReGeCom para ser mais centrada na comunidade - **O que a ReGeCom está a construir a longo prazo.**

O trabalho colectivo dos membros da ReGeCom centrar-se-á no fortalecimento da governação comunitária dos recursos naturais através da i) melhoria da representação da comunidade através do estabelecimento de instituições representativas - **organizar as pessoas** - e ii) melhoria das ferramentas através das quais as comunidades gerem os seus recursos, desenvolvendo instrumentos específicos da comunidade para a gestão dos recursos naturais - **organizar a terra e os recursos**.

Para implementar com sucesso estes modelos melhorados, o trabalho dos membros da ReGeCom será apoiado por um processo de recolha, sistematização e partilha de conhecimentos científicos e experiências práticas, promovendo a aprendizagem contínua através dos membros da rede e não só. A prática informará a teoria à medida que os membros da ReGeCom implementam estes modelos e usam esta experiência para **informar mudanças na legislação actual e advogar pela criação de novas leis, criando um ambiente político mais favorável à GCRN**.

Como uma organização em rede, e para garantir o sucesso desta estratégia, a ReGeCom irá **fortalecer a capacidade dos seus membros**, a fim de otimizar o seu impacto colectivo, transformando o movimento de gestão comunitária de recursos naturais em Moçambique. Para além disso, a ReGeCom apoiará os seus membros na implementação ética de um modelo eficaz de GCRN para as comunidades de todo o país. A ReGeCom também usará a sua experiência e conhecimentos colectivos para influenciar e advogar pela mudança de políticas, conforme informado pelo trabalho no terreno.

Sustentando o trabalho da ReGeCom e dos membros estará a construção de uma visão a longo prazo de como a natureza da ReGeCom mudará à medida que o movimento de GCRN em Moçambique evolui e se transforma. A ambição a longo prazo da ReGeCom é que, à medida que as instituições comunitárias se tornem mais fortes, mais eficazes e comecem a ter uma voz activa na gestão dos recursos naturais no país, elas se encarreguem de continuar a implementar e adaptar o modelo de governação comunitária dos recursos naturais. Esta mudança transformará, sem dúvida, quem é a ReGeCom e o que faz, mas o papel de advocacia e convocação da rede continuará a ser importante a longo prazo, assegurando que todos os actores envolvidos na GCRN tenham uma oportunidade de comunicar, partilhar e aprender como actores chave para influenciar a mudança de políticas para a utilização produtiva e sustentável dos recursos naturais.



Metas e objectivos

Nos próximos cinco anos, o trabalho da ReGeCom centrar-se-á na realização de três metas principais:



Construir e consolidar instituições comunitárias fortes, representativas e eficazes;



Desenvolver ferramentas e recursos de informação para apoiar a gestão comunitária dos recursos naturais



Construir uma rede forte de membros para um impacto colectivo optimizado.



Meta 1: Construir e consolidar instituições comunitárias fortes, representativas e eficazes

Instituições comunitárias fortes e representativas são essenciais para o sucesso do movimento de GCRN. No entanto, estas instituições ou estão ausentes na maioria das comunidades rurais, ou foram estabelecidas utilizando abordagens ineficientes, resultando em instituições inactivas ou fracas. Para reforçar a governação dos recursos naturais a nível comunitário, os membros da ReGeCom concentrar-se-ão no estabelecimento e/ou na capacitação de instituições representativas em redor de áreas protegidas e no desenvolvimento de instrumentos específicos da comunidade para a gestão da terra e dos recursos naturais. A ReGeCom trabalhará para criar Comités Comunitários, uma forma de organização comunitária estabelecida ao abrigo do Decreto de Estado 63/2020, que estabelece a sua participação na gestão da terra e dos recursos naturais, entre outros.



Sucesso: São criadas instituições comunitárias representativas em redor de áreas protegidas e equipadas com as técnicas e ferramentas necessárias, resultando numa melhor utilização da terra e dos recursos naturais e na partilha equitativa dos benefícios entre todos os membros da comunidade.

Objectivo 1: Facilitar a criação e consolidação de instituições comunitárias representativas - organizar as pessoas

Alvos:

- 450 facilitadores comunitários são recrutados e formados
- 150 comités comunitários são legalmente registados
- 150 comités comunitários são formados em Governação e Gestão de Recursos Naturais
- Mapeamento de 50 áreas ricas em recursos naturais e proposta para estatuto de conservação

Objectivo 2: Desenvolvimento de instrumentos a nível comunitário - organizar a terra

Alvos:

- 100 comunidades têm os seus direitos de terra comunitários registados
- 150 agendas de desenvolvimento comunitário são desenvolvidas
- 150 planos de uso da terra a nível comunitário desenvolvidos



Meta 2: Desenvolver ferramentas e recursos de informação para apoiar a gestão comunitária dos recursos naturais

Para tomarem decisões informadas, as comunidades precisarão de dados sobre os recursos que têm de gerir, bem como de conhecer as leis e a legislação que lhes conferem os direitos para o fazerem. A continuação do investimento no Sistema de Informação Comunitária fornecerá às comunidades e a outros esta informação vital.

À medida que os modelos forem sendo colectivamente melhorados e testados pelas suas instituições membro, a ReGeCom desenvolverá um sistema para monitorizar a forma como estas intervenções estão a mudar a gestão e a governação dos recursos naturais e a ter impacto nos meios de subsistência das comunidades.

Para influenciar um ambiente propício para que as comunidades assumam a liderança na gestão dos recursos naturais, a experiência prática da ReGeCom e a aprendizagem obtidas com a implementação destes modelos serão aproveitadas para influenciar a mudança de políticas. Isto incluirá, em alguns casos, a coordenação, a liderança ou a participação directa no desenvolvimento de instrumentos legais que respondam às necessidades das comunidades.



Sucesso: As comunidades e outras partes interessadas estão a tomar decisões informadas sobre a gestão dos recursos naturais.

Objectivo 1: Recolher dados socioeconómicos e de governação da comunidade para alimentar o sistema de informação comunitária (MozSic)

Alvos:

- 150 comunidades inseridas no MozSic
- 150 comités treinados na recolha de dados para contribuir para o MozSic
- Relatório anual de impacto do estado da Gestão Comunitária de Recursos Naturais em Moçambique

Objectivo 2: Desenvolver um sistema para monitorizar as mudanças nos meios de subsistência da comunidade, na gestão dos recursos naturais e na governação da comunidade

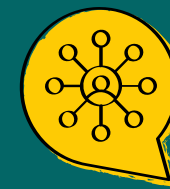
Alvos:

- Todas as instituições membro treinadas e recolhendo dados de monitoria e avaliação sobre o impacto do trabalho de governação comunitária
- 2 fóruns internos para a partilha de informação e discussão de lições aprendidas realizados

Objectivo 3: Influenciar um ambiente político favorável para a gestão dos recursos naturais liderada pela comunidade

Alvos:

- Desenvolver e garantir a aprovação de uma Política de Gestão de Recursos Naturais de Base Comunitária
- Organizar 1 conferência de governação comunitária de recursos naturais
- Produzir e publicar 3 artigos sobre gestão comunitária dos recursos naturais
- Publicar 2 análises de lições aprendidas e recolha de melhores práticas



Meta 3: Construir uma rede forte de membros para um impacto colectivo optimizado

Para fortalecer com sucesso os modelos existentes de GCRN em Moçambique e realizar colectivamente a sua visão, a ReGeCom precisará de instituições membro fortes. A rede investirá recursos significativos no apoio aos seus membros para que sejam técnica e institucionalmente fortes, tenham os recursos necessários para realizar o seu trabalho e parcerias fortes para um impacto colectivo mais amplo, incluindo o estabelecimento de uma plataforma de coordenação permanente com o governo (a nível de tomada de decisões).



Sucesso: Uma rede dinâmica, com instituições membro fortes e bem alinhadas que contribuem activamente para a sua missão.

Objectivo 1: Prestar apoio técnico às instituições membro para aumentar o impacto

Alvos:

- Realizar uma avaliação anual das necessidades de capacidade das instituições membro
- Identificar 3 prioridades para apoio à capacidade, promover o intercâmbio de competências (interna e externamente) e mobilizar recursos para formação dos membros

Objectivo 2: Identificar e assegurar oportunidades de financiamento para os membros

Alvos:

- Garantir um orçamento anual de 2,5 milhões de dólares para as operações da ReGeCom
- Garantir 3 milhões de dólares para estabelecer instituições de governação em 150 comunidades

Objectivo 3: Melhorar a coordenação entre a ReGeCom, os seus membros e o governo

Alvo:

- Estabelecer um comité interministerial para envolvimento e discussão com o governo central para além de um nível técnico



Uma rede em crescimento

Sendo uma rede jovem com uma missão ambiciosa, a ReGeCom terá de investir na sua capacidade interna para implementar com êxito este plano estratégico. Uma rede mais forte necessitará de um secretariado com aptidões e competências para coordenar eficazmente os seus membros e mobilizar recursos financeiros, com sistemas e regulamentos internos sólidos para orientar o trabalho, assim como fundos para apoiar este crescimento.

1. Uma Direcção executiva mais forte

Como rede que lidera o movimento para melhorar o modelo moçambicano de conservação de base comunitária, a ReGeCom precisará de uma direcção executiva forte para apoiar os seus membros e coordenar o seu trabalho. Actualmente, a direcção executiva tem apenas dois funcionários, o Director Executivo e um Gestor Financeiro e Administrativo, que são responsáveis pela coordenação, gestão e implementação das actividades diárias da ReGeCom. Para funcionar eficazmente, a rede necessitará das seguintes posições adicionais:

- Um Gestor de Projectos, responsável pela supervisão da implementação dos projectos;
- Um Oficial de Comunicações, dedicado à comunicação do trabalho da ReGeCom e dos membros, tanto internamente como para o público externo;
- Um oficial de monitoria, avaliação e aprendizagem, para avaliar o impacto do modelo e das intervenções da ReGeCom.

2. Sistemas e regulamentos internos

À medida que a ReGeCom, os seus membros e o seu trabalho crescem, intensifica-se a necessidade de sistemas e regulamentos sólidos para orientar as suas operações. É necessária uma maior clareza relativamente aos critérios de adesão à rede, bem como as suas funções e responsabilidades. Nos próximos cinco anos, a ReGeCom trabalhará para desenvolver as seguintes ferramentas:

- Planos de trabalho anuais;
- Um Plano de Monitoria, Avaliação e Aprendizagem, com indicadores ao nível da estratégia, bem como um plano claro para medir o impacto ao nível de projectos
- Regulamentos internos, incluindo critérios de implementação do projeto
- Revisão do actual Manual Administrativo-Financeiro.

3. Angariação de fundos e comunicações

A implementação bem sucedida da estratégia da ReGeCom exigirá, entre outros, recursos financeiros suficientes e adequados. A fim de cumprir a sua missão e prestar apoio aos seus membros, a ReGeCom esforçar-se-á por ampliar a sua carteira de financiamento e a dos seus membros. As seguintes ferramentas serão desenvolvidas para apoiar os esforços de angariação de fundos da ReGeCom:

- Um plano de comunicação, para comunicar o impacto do trabalho da ReGeCom e dos seus membros.
- Um folheto de impacto, que resume a estratégia da ReGeCom e destaca as suas principais realizações até à data e as prioridades para os próximos três anos;
- Um plano de angariação de fundos, que ajuda a identificar as oportunidades mais significativas para a ReGeCom garantir mais e melhor financiamento.



Condomínio da PAF, no. 28,
Direito – Chimoio, Manica, Mozambique
info@regecom.org
www.regecom.org